

**ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – COMDEMA.** Realizada aos trêze dias do mês de junho de dois mil e dezoito na sala de Reuniões dos Conselhos 3º andar Paço Municipal, no horário das quatorze horas, compareceram à reunião os conselheiros: Lilianny Ripke Gaspar (Crea); Paulo Roberto Milagres (CREA Suplente); Luerti Gallina (OAB Suplente); Paulo Roberto Milagres (Crea Suplente); Ederlei Alkamim (SEMA); Juliane Aparecida Kerkhoff (Sema Suplente); Flávio Mantovani (CMM); Sandra Nepomuceno (CODEM); Lidia Maria da Fonseca Maróstica (CRBio); Alessandra C. de Oliveira de Jesus (SEDUC); Izabel Cistina dos Santos (SEDUC Suplente); Rosa Cripa Moreno (Saúde); Valteir Galdino da Nobrega (Sanepar); Elenice Tavares Abreu (UEM); Marcelo Felix Frade (IAP); Luz Eduardo Borin Gonçalves (FIEP); Roberto Ponce Martins (Copel); Bruno Tiago Contessoto Rigon (ACIM); Marco Antonio Bósio (PROGE); Ana Domingues (Funverde); Douglas Fabiano C. Lima (SEPLAN); Maria Lígia Guedes (SEMUSP); Osvaldo Danhoni (Cooperativas) e Elenita Alves Gazeloto, secretária-executiva deste conselho, COMDEMA.

**1. Encaminhamentos da Secretaria Executiva:** Às 14:00 horas a presidente Lilianny inicia a reunião agradecendo a presença de todos, fala da necessidade que adquirir um note book, gravador, caixa de som, para uso nas reuniões do conselho, em seguida falou que o item 06 da Secretaria de Meio Ambiente e Bem Estar Animal (SEMA), onde solicitava a este conselho que fosse mudada a nomenclatura do projeto atividade, de: Reforma no entorno do Parque do Ingá, para: Reforma no parque do Ingá. “Foi retirado da pauta”.

**2. Justificativas das ausências:** Ausências: C. Canção (justificou); EMATER (faltou ofício); Unicesumar (justificou).

**3. Aprovação da Ata anterior:** A Ata da 4ª reunião ordinária foi aprovada por unanimidade, com as correções sobre a fala do conselheiro Luerti Galina.

**4. O Secretário da SEMUSP foi convidado para explicar a questão das podas das árvores da Av. Cerro Azul e as demais do município de Maringá.** A diretora Daniele da SEMUSP, representante do secretario Vagner de Oliveira, juntamente com os engenheiros Ciro e Ricardo falou sobre as podas de arvores da Av. Cerro Azul e demais no município. O engenheiro Ciro disse que na prefeitura nunca houve acompanhamento técnico para a execução do serviço e que não tem estrutura suficiente para tal “há seis anos estávamos com quatro profissionais e não demos conta de atender demandas de vistorias prévias, hoje estamos só com dois funcionários” (Ciro e Ricardo), reforça que é humanamente impossível, ou acompanha a execução ou faz o serviço que está sendo feito, no qual é verificar o que está acontecendo com cada arvore. Acrescentou que a prefeitura tenta fazer da melhor forma possível, dentro da estrutura que tem, as equipes vão a campo, fazem os serviços, falou que na Av. Cerro Azul vai passar uma ciclovía com iluminação, ele acompanhou, coloca também que foi informado que podaram galhos que não tinham necessidade de podar, Citou ainda que entende que não é responsabilidade deles (dos executores), porque eles não têm treinamento e nem acompanhamento técnico, não tem como fazer isso hoje, o serviço não pode parar. Concluiu que não há má intenção, “há uma falha grande e não é de hoje, há trinta anos de prefeitura e nunca houve acompanhamento de execução de serviço”. A diretora Danielle coloca que além disso existe uma demanda de 369 podas e 373 remoções de arvores ao mês, acrescentou que o promotor Dr. Leonardo está acompanhando todo serviço referente as arvores, porque houve uma notificação na secretaria referente remoções de arvores e a questão também da demanda de protocolos, “explicamos a nossa dificuldade ao promotor e ele entendeu, fizemos um cronograma de serviços,

apresentamos para ele e houve concordância da parte dele, viu que as vezes não conseguimos atender nossos protocolos, pela ordem de protocolo ano, mas sim por uma programação de serviços daquela região”. Acrescentou que é nova de secretaria e que está fazendo uma reestruturação nos problemas que estão acontecendo, disse que tem falhas mas que gostaria que todas as falhas fossem consertadas, agradeceu a todos por verificarem as falhas e pediu para que a ajudassem a resolve-los. A conselheira Lidia Maróstica reforçou que tem falhas e tem que concertá-las, “já estamos no ano de 2018, e o engenheiro comentou que há mais de 30 anos Maringá se arrasta dentro de um trabalho de arborização que nós enquanto COMDEMA não podemos mais deixar arrastar, sabemos que há a boa vontade dos profissionais e dos funcionários que trabalham, mas eles não têm o conhecimento técnico que é necessário, fundamental para que essa arborização seja conduzida de forma adequada e que ela possa continuar representando tudo àquilo que ela representa para a nossa cidade”. Continuou dizendo que, “nós sendo um conselho de meio ambiente não podemos mais ser coniventes com essa situação, a gente aceita a desculpa mas não podemos ser coniventes, porque nos dias atuais você dizer que uma prefeitura do porte de Maringá, não tem como contratar um profissional para acompanhar as podas, e que este profissional acompanhe e coloque a sua ART, porque todo e qualquer questionamento vai recair sobre aquele profissional”. A conselheira Lidia disse que o conselho deve solicitar que o município possa se equipar, se adequar, disponibilizando a quantidade de profissionais necessários para manter a arborização, e que todas as podas, principalmente as podas drásticas, devem sim estar acompanhadas de ART de profissional que deliberou esta poda. A diretora Daniele concordou e acrescentou que tem solicitação de dois profissionais concursados, assim ficariam com quatro profissionais da área. Tem uma nova reestruturação no setor de podas que esta terminando de construir com o auxilio do promotor, mas não tem mão de obras o suficiente, acrescentou que tem visto o esforço dos profissionais existentes. O conselheiro Osvaldo Danhoni questionou sobre a empresa que presta o serviço, disse que tem que responsabilizar o responsável técnico, que no contrato talvez não tenha ficado claro na exposição quando foi contratada, a empresa contratada deve ter todo esclarecimento de como deve ser feito o serviço, a prefeitura (SEMUSP) tem que cobrar da empresa contratada toda a técnica para a execução do serviço. A conselheira Ana Domingues colocou dois pontos, o primeiro foi que “no ano passado, desde que o secretario entrou, ele começou fazer umas barbaridades e isso só parou em novembro depois que o pessoal que está fazendo o plano de gerenciamento de arborização e do pessoal do COMDEMA brigou e levar até à imprensa, houve uma reunião integrada, SEMA-SEMUSP, em que o secretário se comprometeu a “ouvir” os engenheiros e também se comprometeu a não fazer podas radicais como as feitas em arvores de 40 anos, que jamais vão se recuperar, sem ouvir os engenheiros”. E perguntou por que promete se não cumpre? O segundo ponto questionou os engenheiros se existe um manual de podas para que essas empresas possam seguir, e não serem multadas, o Engenheiro Ciro respondeu que na prefeitura não. A conselheira Ana Domingues continuou dizendo que agora com o plano vai passar a ter o manual. O Engenheiro Ciro acrescentou que só o manual não resolve, tem que ter o treinamento e acompanhamento, porque se não nada resolve. A diretora Daniele disse que se compromete levar todos os questionamentos para o secretário Vagner de Oliveira e dizer o que foi acordado, e, que o conselho está cobrando e mandar uma resposta para o conselho sobre isso. Daniele disse que não é só cobrar da prefeitura, tem as podas da COPEL

e as questões da SANEPAR, referente às raízes das árvores, “estão fazendo coisas absurdas”. O conselheiro Marco disse que o COMDEMA tem a responsabilidade de cuidar do plano diretor de arborização, colocou que o secretário Ederlei assumiu o compromisso, deu abertura para a comunidade participar sendo uma atitude elogiável, gostaria que os Engenheiros participassem da elaboração do plano, porque não é um plano comprado e sim elaborado com o auxílio, inclusive da conselheira Ana Domingues. O conselheiro Marco continua dizendo que a qualidade do serviço de uma empresa terceirizada nunca é como o serviço feito pelo servidor do município, e que sempre que possível o melhor é ter disponibilizado no orçamento, dotações para a compra de máquinas e equipamentos do município e profissionais próprios do município. O conselheiro Ederlei Alkamim colocou que é um conjunto, e não apenas uma situação, se em pleno 2018 nós temos esta situação é porque até 2017 não existia uma Secretaria de Meio Ambiente como ela é hoje. Nos dias atuais a Secretaria de Meio Ambiente e Bem Estar Animal-SEMA, está tendo conversas internas com a Secretaria de Serviços Públicos - SEMUSP, “fizemos sim uma reunião em novembro alinhando alguns procedimentos entre nós, mas isto tudo ainda é algo que parece que iniciamos ontem, pasmem alguém que não conheça isso! Essa realidade da prefeitura de Maringá”. Acrescentou que os investimentos principalmente na SEMA foram um absurdo, com engenheiros florestais, sanitaristas, biólogos, licenciamento e que já nos ajuda a ter proximidade com os pequenos e médios empreendimentos. Informou que toda a secretaria está formatada, acabou de chegar o primeiro carro novo que foi autorizado por este conselho, o primeiro de toda a história da secretaria, concluiu que, este é o quadro que uma secretaria deveria ter como função há muito tempo, estas questões ambientais da nossa cidade, e por conta disso ficou com a SEMUSP, salientou a graduação em que este governo vem investindo na área. A conselheira Elenice reforçou que o Engenheiro deveria informar à empresa, que está executando o serviço, que este tipo de podas não pode mais acontecer, “como já foi dito, existem algumas podas que não tem como recuperar”. A diretora Daniele se comprometeu em reunir com as empresas. O conselheiro Luerti Galina ressaltou que, “mais como uma síntese do que foi falado, nós não temos um manual técnico de podas, mas, em síntese, se não temos o manual também não pode ser permitido a poda que chamamos de tosca, não se pode podar, tem coisas que independente de norma técnica, quase que pelo bom senso, ofendem os nossos olhos, se não tem o manual de poda e ao mesmo tempo não sabe que é super importante, chamar a atenção, diante da experiência, sem ter neste contexto uma norma técnica, diante da experiência, dentro do bom senso, para evitar a poda tosca”. A presidente Lilianny fez um breve relato, disse que o plano de arborização foi dado um “start” em março do ano passado (2017) para ser concluído em março deste ano, não deu, mas está sendo concluído. Acrescentou que a SEMUSP também faz parte deste plano, “então quer dizer que tem condições e se sabe da existência desse plano (manual que esta sendo elaborado), “inclusive está sendo elaborado em conjunto com a SEMUSP, então, dizer que não existe nada, que não tem nada é complicado! “Fazendo em conjunto todo levantamento de árvores na cidade, 80%, então a SEMUSP já está sabendo quais são as árvores que vão ter que ser retiradas e as que vão ter que ser plantadas. Portanto, o plano não está concluso, entre aspas, na prática, mas no contexto está fazendo em conjunto”. Lilianny sugeriu que se tiver alguma reunião, alguma extraordinária, na SEMUSP, gostaria que alguém do conselho participasse, que é só chamar, porque é interessante principalmente o pessoal do plano de arborização. Isso foi reforçado pelo conselheiro Osvaldo

Danhoni que falou sobre exigir o acervo técnico, fornecido pelo CREA, que é mais importante. A conselheira Maria Ligia disse que sobre o acervo técnico já existe, desde 2014, e é exigido, está no termo de referência. A conselheira Lidia Maróstica finaliza dizendo que é exigido mas não é cobrado. **5. Secretário de Fazenda foi convidado para falar sobre o Fundo, desvinculação da Fonte 1000 do FUNDEMA.** A diretora de orçamento Nádia, explicou sobre a desvinculação da fonte 1000, disse que se retirar do orçamento a fonte 1000, ficaria bem menor o investimento na área do meio ambiente, acrescentou que de qualquer forma o orçamento que está vigente que está sendo executado foi aprovado no ano passado e não pode mais ser alterado, agora já estamos em processo de elaboração do orçamento para o próximo ano, inclusive é passado e votado pelo conselho, temos como alocar sugestões para um pouco mais ou um pouco menos, mas já adiantando se retirar o que é fonte livre dentro do orçamento do meio ambiente não vai ter redução nas aplicações, este montante que é colocado para o Meio Ambiente, “acredito que é de interesse do conselho”. A conselheira Juliane lembrou que na reunião anterior quando foi pedido a presença do secretário de fazenda, uma das dúvidas era: “Na SEMA existem duas unidades orçamentárias, uma é Unidade Gabinete do Secretário e a outra é Unidade Fundo de Meio Ambiente, todos projetos atividades com manutenção de parques e bosques, manutenção de fundo de vale, melhorias em parques e bosques, educação ambiental, todos estes projetos atividades, estão na Unidade Orçamentária Fundo de Meio Ambiente”. “Na Unidade Orçamentária Gabinete do Secretário só está a parte administrativa, são as diárias e adiantamentos de viagens”, “os questionamentos que haviam sido levantados eram, Primeiro: Tudo que está na Unid. Fundo de Meio Ambiente, que são as receitas da SANEPAR; receitas de multas; receitas de licenciamento e receitas de fontes livres que é Fonte 1000”. E um dos questionamentos foi se não daria para retirar esta fonte livre! Abrir uma terceira Unidade Orçamentária dentro da SEMA, para que não precisasse passar pelo conselho a aplicação dos recursos da fonte livre. “Seria possível fazer isso ou não?” A diretora de Orçamento disse que dentro da legalidade e da classificação contábil precisaria analisar, porque o entendimento é que, mesmo abrindo uma outra Unidade Orçamentária, como é vinculada à atividade finalística de meio ambiente, não resolveria o problema. O conselheiro Marco Antonio colocou que na reunião passada ficou de convidar o secretário de Fazenda e também oficial a PROGE, para se manifestar sobre o aspecto jurídico, como não foi enviado o ofício ao procurador geral, sugeriu que na próxima reunião oficie a PROGE e juntamente com a Contabilidade para tentar esclarecer os pontos que são relacionados ao orçamento. Acrescentou que todo Fundo precisa de um gestor, na nossa lei o gestor do Fundo é a SEMA que ao mesmo tempo recebe dotação orçamentária para execução na área de Meio Ambiente é também gestora do Fundo, “então como reflexão, o COMDEMA poderia criar em separado um comitê gestor do fundo que só cuida dos recursos deste Fundo, separado da SEMA”. Acrescentou que o problema foi que na lei anterior a saída de recursos do Fundo era exclusivamente por projetos, muito limitada, e os recursos ficavam travados, tanto que existe um superávit da dotação orçamentária de quase seis milhões. “Em essência, é competência do COMDEMA na característica deliberativa dos recursos do Fundo deliberar sobre a aplicação, mas sobre os recursos da fonte 1000 é poder discricionário da secretaria (SEMA), poderia passar pelo COMDEMA porque a política do meio ambiente é atribuição do conselho, que na competência do COMDEMA é consultiva e não deliberativa”. O conselheiro Ederlei Alkamim disse “é aí que a gente (SEMA) trava um pouco, o pensamento de alguns

conselheiros, é que o município coloca que, da sua Fonte 1000 pelo Fundo, a responsabilidade é de todos nós conselheiros. A Diretora de Orçamento acrescentou que a política de administração de aplicar fonte livre para as ações ligadas ao fundo (FUNDEMA), é “maior investimento, o município delibera a quantidade de recursos a ser aplicado, e o conselho delibera como será aplicado, quanto a responsabilidade é da secretaria”. A conselheira Ana Domingues tem dúvidas e gostaria de saber de onde vieram os recursos, por exemplo: “multas do ministério público, recursais, licenciamento, detalhadamente sem ter que solicitar”. A diretora Nádia explicou que no portal da transparência tem essas informações detalhadas. A presidente Lilianny reforçou que gostaria de um relatório em forma de planilha. A diretora Nádia disse que vai verificar que tipo de relatório é esse, e, se não tem um relatório nesse sentido irá solicitar a inclusão no portal da transparência, pediu que faça formalmente, em nome do conselho, o pedido. A conselheira Juliane reforçou que na Lei do Fundo 1093/2017, artigo 11, explica as receitas do Fundo, e, “como o Dr. Marco colocou, teria que separar as receitas de fonte livre porque o prefeito age com discricionariedade, nos investimentos e na manutenção da secretaria deveria estar separado, no entanto, nós só temos para todas as atividades fim da secretaria que é Meio Ambiente, uma unidade orçamentária (Fundo de Meio Ambiente) onde entra todas as receitas elencadas no artigo 11 dessa Lei”. “Acrescenta que, se não for mais entrar a fonte 1000 no Fundo, primeiro teria que mudar a Lei”. “Segundo ponto que foi levantado na ultima reunião, ICMS ecológico, sugestão da conselheira Lídia, para que a secretaria (SEMA) colocasse no orçamento para o próximo ano, investimento, verificasse o montante que o município recebe e que houvesse um compromisso da SEMA em aplicar e investir em unidades de conservação, retirado a cota parte da saúde e educação, pois isso só pode ser feito através da fonte 1000 e tem que estar dentro do Fundo de Meio Ambiente, porque é a única unidade orçamentária que a secretaria tem”. Juliane disse “gostaria que neste aspecto a diretora Nádia explicasse!” A diretora de orçamento concluiu, “não tem como colocar esta atividade no orçamento, tão especifica, orçamentariamente, contabilmente é impossível”.

**6. Retirado da pauta. 7. Aprovação das alterações da lei 1.093/2017 para alterar o projeto de lei.** A conselheira Juliane explicou que na ultima reunião extraordinária foi deliberado sobre a nova composição e colocou as alterações para confirmar a aprovação, “porque já foi votada naquela reunião, é só para confirmarem se o projeto de lei ficou certo”: Projeto de lei que visa alterar os artigos 6º e 7º da lei complementar 1093/2017, art. 1º do projeto de lei, caput da lei complementar 1093/17, passando a ter a seguinte redação: ficou incluído no artigo 6º da lei 1093/2017 que o CONDEMA é órgão colegiado e paritário, aumentou para 28 membros titulares e 28 suplentes, sendo 14 Órgãos governamentais e 14 Órgãos não governamentais, cortou a nomenclatura: empossado pelo prefeito. O parágrafo único não foi modificado. Art. 2º- altera o art. 7º que trata da composição do CONDEMA relocando as entidades governamentais, CREA e CRBIO, do setor não governamental, inciso II, alínea “e” e “f” para o setor governamental, inciso I, apresentando as alíneas m e n, a nova redação neste aspecto, ficando assim: “Conselho Municipal de Meio Ambiente será composto por: I – Setor governamental; 1 Representante do CREA e 1 Representante do CRBIO na parte governamental. Art. 3º altera o art. 7º inciso II no que tange a composição dos representantes não governamentais do CONDEMA, ficando a seguinte redação: alínea a) 1 Representante das cooperativas; b) 2 Representantes do setor produtivo, sendo 1 Representante da associação comercial e

empresarial – ACIM; c) 1 Representante do setor produtivo rural; d) FIEP; e) OAB; f) 3 Representantes de organizações da sociedade civil (OS) com atuações comprovadas na área ambiental; g) 2 Representantes de instituições da rede privada de ensino superior com sede em Maringá, que mantenham atividades relacionadas com o meio ambiente; h) CODEM; i) 1 Representante do conselho municipal de Maringá; j) 1 Representante da associação de classe do município de Maringá, com atuação na área ambiental comprovada”. Parágrafo 13 – Ficou definido que a redação neste parágrafo 13 ficará assim: “os representantes titulares e suplentes do setor não governamental, não poderão ter qualquer vínculo empregatício com órgão ou entidade do setor governamental”. A conselheira Juliane acrescentou que juntamente com a conselheira Leticia deparou com a seguinte situação: alguns parágrafos que remetiam as alíneas que foram totalmente requalificadas, “estes parágrafos” sofrerão alterações, os parágrafos 5º e 7º. E perguntou “já fazemos as alterações e mandamos por email para todos apreciarem? “Porque a idéia seria aprovar hoje, pois tem que ser encaminhado à câmara votar, para poder fazer o chamamento público que tem prazo.” A conselheira Juliane explicou que aquelas instituições que tem a possibilidade de ter mais de um representante, “hoje a lei diz que para essas entidades é feito eleição através de chamamento público (convite)”. A conselheira Ana Domingues colocou a proposta de trazer para o conselho e o conselho escolher entre as instituições inscritas, e os critérios de escolha estarão descritos no Regime Interno – RI, proposta reforçada pelo conselheiro Luerte. O conselheiro Marco Antonio acrescentou que é sempre importante ressaltar que às entidades não governamentais, “existe uma recomendação do tribunal de contas, de sempre criar possibilidades das entidades não serem perenas, ainda assim é importante que tenha processo democrático, seja por RI, para que haja alternância na participação das entidades”. A conselheira Juliane perguntou aos conselheiros se eles aprovavam o texto, com as alterações e renomeação das alíneas, substituir que o critério de escolha será feito de acordo com o Regimento Interno. A presidente Lilianny pediu a votação e todos foram a favor: aprovou-se a mudança, para dizer que é no R.I. os critérios de escolha das entidades, sugerido pela conselheira Ana Domingues.

**8. Área permeável em Maringá em relação a algumas obras de infraestrutura que está acontecendo na cidade.** O conselheiro Bruno, levantou a questão em relação ao município de Maringá referente ao plano diretor sobre a área permeável, disse que nossa área permeável quase sempre na maioria das cidades é de 10% disponível no lote, em algumas ocasiões é de 20%. “Observando em alguns movimentos de infra-estrutura urbana, principalmente na área da morangueira e em algumas ações na av. Gastão Vidigal, a impermeabilização de algumas áreas teve a retirada do canteiro central para a implantação de vias, não que a implantação de vias não seja importante, mas e a questão da impermeabilidade urbana? Tem-se discutido muito o corte e as podas de árvores, mas estamos criando certos pranchões de escoamento de água na nossa área urbana, do que adianta cuidar tanto das árvores dos fundos de vale, se na área urbana está impermeabilizando tudo”. “Se estamos transformando a área urbana em um mero canal de escoamento de água, não vejo solicitações futuras a não ser canalizar os rios” afirma Bruno. Bruno acrescenta que fez um levantamento bem simples e constatou que só na av. Morangueira e Kakogawa perdeu-se aproximadamente 30.000m<sup>2</sup> de área permeável. “Só na implantação da ciclovia na av. gastão Vidigal, perdemos aproximadamente 17.000m<sup>2</sup> de área impermeável”.

Acrescenta que ciclovia e canal exclusivo de ônibus é super importante, mas a própria prefeitura tem dentro da SEPLAN, solicitado a empreendimento que não tem os 10%, que potencializem a permeabilização de águas por tubulações, por projetos de engenharia. Acrescenta que não é por falta de espaço, é por geração e execução de projetos eficientes, “não dá para falar que não sobra espaço, sobra sim espaço suficiente para criar projetos adequados. Resumindo: todos esses projetos que acontecem em Maringá, com certeza passam pela SEPLAN, se passam pela SEPLAN, quando tem alguma área ligada com a questão ambiental, com certeza, ela (SEPLAN) remete algum parecer para a SEMA”. Pergunta: por que diferente seria um grande projeto de infra-estrutura não ocorrer dentro destes órgãos competentes? E falar de meio ambiente não é só falar de poda de árvore, é falar de contexto em geral. O conselheiro Osvaldo acrescentou que o assunto é importante, precisa ser feito algo. O conselheiro Paulo Milagres disse que um dos maiores problemas que vimos em Maringá é a cava dos rios, “uma das formas que a gente vê é um trabalho maior de conscientização, teria que colocar no planejamento (SEPLAN) com pessoal envolvido do CONDEMA uma carteira para conhecer quais rios aqui em Maringá se reflete na área agrícola. disse sobre o fechamento da área agrícola de Maringá, feito pelo IBGE, onde consta tudo que o município tem, e que será feita uma apresentação para mostrar os dados para conhecimento de todos, vai ajudar muito na parte de meio ambiente, saber o que existe no Município. A conselheira Lidia complementou que tudo se resolveria com as caixas coletoras (os populares piscinões), só que é uma estrutura muito cara, exige uma manutenção alta e nem sempre ela é inserida nos projetos, e com isso, como a cidade está cada vez mais impermeabilizada pelo asfalto, vidro e construção, o volume de água será cada vez maior, tornando uma preocupação que o CONDEMA tem que sugerir alguma proposta para que o poder público possa inserir nas suas execuções. O conselheiro Bruno colocou que vem trabalhando bastante com loteamentos, em alguns momentos, o IAP já solicitou bacias de contenção de água, é importante mas precisa de uma área muito grande para validar a proposta dela, que é diminuir a vazão ao rio, porque não adianta só ter uma caixa para passar água, não adianta dar vazão e chegar no fundo de vale, conter essa água numa bacia e jogar no rio, para conter a água teria que ser uma bacia enorme e o empreendedor não vai disponibilizar lote para fazer contenção de água. O conselheiro Valteir disse que esteve recentemente com reunião com promotor de Mandaguari, secretários municipais de meio ambiente, prefeito e loteadores daquela região, “estão sofrendo pressão daquela região de Mandaguari, eles querem lotear toda a bacia de abastecimento do manancial da cidade, uma pressão muito forte, pouco se importam se vai acabar a água da cidade ou não, o loteamento é fácil fazer só não tem como construir manancial”. Disse que “o Caitu é manancial de Mandaguari, mas também compõe o manancial de Maringá, ele alimenta o Pirapó. Gostaria de convidar os conselheiros para trazer isso para Maringá também, porque sofremos pressão aqui e recentemente o secretário veio me perguntar sobre a questão da demanda por residência próximo a Uningá. Se não impermeabilizar as cabeceiras, vai estar lacrando as entradas das caixas d’água. Acrescentou que o nosso manancial é o Pirapó e temos que cuidar dele, e com relação a drenagem, a solução é resolver o problema na fonte, combater a causa e não o efeito. O conselheiro Luiz Eduardo Borim, disse que é muito importante isso que já foi falando e acrescentou que o grande problema é o assoreamento dos rios, que acaba dando problema para o produtor rural,” porque o excedente de água gerado na área urbana está comendo a área

de mata ciliar dele”. A conselheira Juliane, coloca que até 2016 na prefeitura não havia conversa entra a SEMOP, SEPLAN e SEMA. Hoje as secretarias conversam e os processos são integrados, os projetos são aprovados juntos. Buscando junto ao IAP, a região metropolitana, SANEPAR, alternativas que leve ao menor impacto possível, isto para o futuro tende a minimizar. O conselheiro Douglas explica que as obras publicas, tais como Morangueira, Kakogawa, Cristal e Campolina, não parte da SEPLAN, a responsabilidade é da SEMOP, desde a elaboração, planejamento e execução é a SEMOP quem faz. Disse que a SEPLAN faz em questão de área permeável, um estudo de impacto ambiental e relatório de impacto ambiental (EIARIMA) que trata de grande loteamento dentro do município, existe um setor dentro da secretária que faz estudos de impacto ambiental, o setor analisa a questão de área permeável. Como foi dito a lei 888/2011 prevê que é de 10 a 20% de área permeável dentro do município de Maringá, independente da sua localização, “outro ponto que dentro da prefeitura, dentro da SEPLAN, que é visto também dentro da área permeável, diz respeito a empreendimento, seja residencial ou comercial, a cada 500m de área telhada, é obrigatório um sistema de captação e reaproveitamento de águas pluviais, isto vai para dentro de um Relatório de Impacto de Vizinhança (RIV), que é vistoriado e tem que ter um sistema de reaproveitamento, é encaminhado para ver onde esta água está saindo. O conselheiro Douglas disse esta captação de água pluvial não é suficiente para escoamento, o que pode ser feito é um poço drenante ou bacia de contenção, “a meu ver não é viável devido manutenção, pois será feita e posto em funcionamento, quem vai manter isto depois? Vai ter pessoal para vistoriar?”. Disse que é pedido a vários empreendimento de Maringá de um tempo para cá, além da captação de água pluvial, um poço drenante para escoamento. Reforça que as grande obras com relação a esta grande impermeabilização não parte da SEPLAN, é responsabilidade da SEMOP, para maiores esclarecimentos seria melhor convidar alguém responsável pelas obras que estão acontecendo, para explicar sobre impermeabilização. A conselheira Maria Ligia questiona sobra a responsabilidade técnica das empresas SANEPAR, COPEL, TELEFONIA e Empreiteiras em relação a poda de árvores. O conselheiro Marco Antonio complementa o que Maria disse. “Estas recomendações chegam PROGE, e esta poda que é feita por baixo na raiz, que a SANEPAR fez com a máquina, gostaria do apoio da SANEPAR na hora de fazer o serviço, para não retirar a raiz”. Com relação a lei sobre a impermeabilidade, o município precisa regrar, estabelecer que nas obras precisa criar permeabilidade. Diante do exposto para esclarecer sobre permeabilidade, foi deliberado sugestão da presidente Lilianny que convidasse (oficiar) os seguintes órgãos para a próxima reunião: SEMA – SEMOP – SEPLAN – SEMUSP – SEMOB e IPLAN. Texto: sobre a área permeável, quais são as possibilidades para essa área ser melhorada? **9. Mudança no horário das reuniões. Visto que estamos encontrando problemas de alguns conselheiros que não podem participar das reuniões porque ocorrem em horário de serviço, nossa sugestão é que as reuniões do COMDEMA, a exemplo de outros conselhos que a FUNVERDE participa, ocorram as 18:30 horas.** A primeira votação foi perguntado pela presidente Lilianny se os conselheiro queriam a mudança do horário, feito a votação, todos votaram que teria que mudar o horário. A segunda votação foi perguntado a cada conselheiro a preferência do horário, após as sugestões, de acordo com votação: Ana Domingues (18:30); Bruno (17:00); Paulo Milagres (16:00); Flávio Mantovani (15:00); Elenice (Qualquer horário dentro do expediente até as 18:00); Ederlei (15:00); Danhoni (08:00); Alessandra e Maria Lígia



(dentro do horário de expediente das 08:00 às 17:00 horas). Por 12 votos foi aprovado o horário das 08:00 às 10:00 horas (quarta-feira), e de acordo com o R.I, não passar de 90 minutos. O conselheiro Osvaldo Danhoni colocou que se não tiver quórum, começa a reunião não deliberadamente, as questões deliberativas só se tiver quórum. **10. Plano de bacias do Piraponema.** A Palestrante Maria Helena, explicou sobre o plano que esta para ser aprovado, no dia 5 de julho de 2018 no auditório Hélio Moreira. disse como é deficitária o nosso fluxo de água subterrâneo do quintal de Maringá, disse que o plano de bacias tem uma audiência publica marcada para o dia 05 de julho no auditório Hélio Moreira. Gostaria que o CONDEMA enviasse um documento para embargar. Disse ainda que o governador do estado do Paraná vai ter que dar conta de profissionais para fiscalizar as outorgas de águas subterrâneas na cidade de Maringá no Piraponema, que ela está embargando, isso é uma coisa grave. Falou que o plano de bacias será votado agora e depois cabe uma complementação ou uma correção daqui há cinco anos e depois disso ele se veda por 40 anos, portanto, seu grito é agora, porque nós precisamos corrigir essa impermeabilização, disse que o que é preciso é seguir o que fizeram no Rio Tibagi, trechos que davam nível quatro (rio morto), se articularam e conseguiram embargar na audiência publica: “não se coloca no plano de bacias do rio Tibagi o nível quatro, só colocaram essa clausula, com isso o resto foi feito embargos e está voltando para o comitê e é isso que tem que ocorrer”. Disse que o CONDEMA é um órgão que representa a sociedade civil, “o que queremos, o que pode ser feito, que na bacia do Piraponema não terá nenhum trecho nível quatro e sim nível três, apesar que no plano de bacias a gente conseguiu por isso, mas o que precisa é deixar isso escrito la: que não queremos nível quatro”. Disse que “nós sociedade civil, é muito pouco o que a gente pode estar fazendo, o CONDEMA é uma entidade importante porque representa uns grupos da sociedade, a ACIM é uma entidade extremamente importante para se manifestar, apresentar uma carta referente a que se coloque no plano de bacias que não há nenhum trecho no nível quatro, é por isso que venho solicitar ao CONDEMA, ver se os conselheiros podem apresentar uma carta, assim como a ACIM, e também órgãos importantes, por exemplo: FIEP, sindicatos e também todos na audiência publica, aonde isso voltará ao comitê e o comitê vai colocar na clausula de nosso plano de bacias que na “nossa bacia” não terá nível quatro”. Concluiu fazendo referência ao trabalho de excelência feito pela SANEPAR, protegendo os mananciais e nisso está protegido Mandaguari. Acrescentou que o comitê do norte do Paraná já aprovou do jeito que foi feito, e, em Toledo eles mudaram a data da audiência pública e as pessoas que iam embargar o nível quatro não conseguiram. O conselheiro Danhoni gostaria de conhecer do que se trata, solicitou à Maria Helena que chamasse os técnicos para fazer uma explicação rápida para convencimento dessas entidades que deverão ter esta manifestação, fazer o documento para o dia 05 de julho às 19:00 horas, apresentar. A conselheira Juliane colocou que poderia fazer um documento do CONDEMA até o dia 05 e encaminhar. A conselheira Lidia sugeriu que fizesse o documento sem reuniões. Lilianny disse que é de conhecimento de todos os órgãos o que está acontecendo. O conselheiro Bruno ficou de ver as informações e levar à ACIM. As dezesseis horas e quarenta e cinco minutos (16:45), encerrou a reunião. Eu, Elenita Alves Gazeloto, Secretária Executiva do COMDEMA, lavrei a presente ata, que, após ser lida e aprovada por todos, será assinada pela presidente deste conselho.

